



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional sobre Estudos de Violência
Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino



BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.vdomestica@mpmt.mp.br

EDIÇÃO Nº 05/2024



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

CAO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

SUMÁRIO

1. NOVIDADES LEGISLATIVAS

2. DECISÃO DO STF

3. CAMPANHAS E PROJETOS

4. MATERIAL DE APOIO

5. NOTÍCIAS

6. CANAIS DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

7. BANCO DE PEÇAS

COORDENAÇÃO DO CAO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

TIAGO DE SOUSA AFONSO DA SILVA

Promotor de Justiça e Coordenador

GILEADE PEREIRA SOUZA MAIA

Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta

EQUIPE TÉCNICA

Renata de Paula Teixeira

Ricardo Sebalhos Waltrick

Keitiany Silva Pereira



1. NOVIDADES LEGISLATIVAS



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 22/05/2024 | Edição: 98 | Seção: 1 | Página: 7

Órgão: Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 14.857, DE 21 DE MAIO DE 2024

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar o sigilo do nome da ofendida nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei tem como objetivo determinar o sigilo do nome da ofendida nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 2º O Capítulo I do Título IV da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 17-A:

*Art. 17-A. O nome da ofendida ficará sob sigilo nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. O sigilo referido no **caput** deste artigo não abrange o nome do autor do fato, tampouco os demais dados do processo.*

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Brasília, 21 de maio de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

José Wellington Barroso de Araujo Dias

Presidente da República Federativa do Brasil

Nova lei assegura sigilo do nome da vítima em casos de violência doméstica e familiar

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 14.857/24, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar o sigilo do nome da ofendida nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Para ter acesso a nova legislação, clique [aqui](#).



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



Mulher vítima de violência terá prioridade em atendimento, aprova CDH. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova projeto que protege criança de violência doméstica no exterior. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova criação de Patrulha Nacional para combater violência doméstica contra crianças. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova regras para o atendimento de mulher indígena vítima de violência doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto cria cotas no serviço público para mulheres saídas do sistema prisional. Para saber mais, clique [aqui](#).



CSP aprova monitoramento eletrônico em casos de violência contra a mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova criação de sala reservada em juizado para vítima de violência doméstica participar de audiências. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto aprovado inclui divulgação de conteúdo sexual falso na definição de violência psicológica contra mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).



Prioridade no atendimento às vítimas de violência doméstica segue para sanção. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova projeto reiterando que não há escusas para crimes de violência doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto aprovado restringe acareações em crime cometidos com violência contra a mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova inclusão de capacitação de servidores públicos como diretriz da Lei Maria da Penha. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova projeto garantindo assistência psicossocial no SUS à vítima de violência doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto suspende salário de agente público investigado por violência doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#).



Nova lei assegura sigilo do nome da vítima em casos de violência doméstica e familiar. Para saber mais, clique [aqui](#).



CAS aprova prioridade no bolsa família a mulher vítima de violência doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova projeto que amplia prazo para denunciar violência doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#).



Câmara aprova emendas do Senado a plano de metas para enfrentar violência contra mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto aprovado pune uso de inteligência artificial para criar material prejudicial a mulheres. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova projeto que prioriza mulheres na elaboração dos planos plurianuais. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova reserva de sala para atendimento a mulheres em delegacias comuns. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova homenagem a personalidades femininas e negras em cédulas e moedas. Para saber mais, clique [aqui](#).



Aprovada urgência para projeto que cria cadastro de condenados por violência contra a mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão de Finanças aprova criação de sala especial para atender mulheres em delegacias. Para saber mais, clique [aqui](#).

2. DECISÃO DO STF



STF proíbe questionamentos sobre histórico de vida da mulher vítima de violência

O Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu na quinta-feira (23), por unanimidade, que é inconstitucional a prática de questionar a vida sexual ou o modo de vida da vítima na apuração e no julgamento de crimes de violência contra mulheres. Caso isso ocorra, o processo deve ser anulado. O entendimento é de que perguntas desse tipo perpetuam a discriminação e a violência de gênero e vitimizam duplamente a mulher, especialmente as que sofreram agressões sexuais.

De acordo com a decisão, o juiz responsável que não impedir essa prática durante a investigação pode ser responsabilizado administrativa e penalmente. O magistrado também não pode levar em conta a vida sexual da vítima no momento em que fixar a pena do agressor.

O Plenário também ampliou o entendimento para alcançar todos os crimes envolvendo violência contra a mulher, e não somente casos de agressões sexuais.

Para ter acesso ao resumo do julgamento, clique [aqui](#).

3. CAMPANHAS E PROJETOS

Curso de extensão:

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E GÊNERO FEMININO

Módulo 8 - Paine 1

**Juizado híbrido e aspectos práticos
da atuação civil e criminal no foro especializado**



Tiago de Sousa Afonso da Silva
Promotor de Justiça MPMT

Módulo 8 - Paine 2

**Feminicídio e os seus principais
aspectos penais processuais**



Marcelle Rodrigues da Costa e Faria
Promotora de Justiça MPMT



Dia: 03/05/2024

Horário: 08h às 11h (MT) / 9h às 12h (DF)



**Aulas via
Microsoft Teams**

Realização:



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

CEAF
Centro de Estudos e
Aperfeiçoamento Funcional
ESCOLA INSTITUCIONAL MPMT

CAO
Centro de Apoio Operacional sobre
Estudos de Violência Doméstica e
Familiar contra a Mulher e Gênero Feminino

MPMT REALIZA CURSO DE EXTENSÃO SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

“Juizado híbrido e aspectos práticos da atuação civil e criminal no foro especializado” e “Feminicídio e os seus principais aspectos penais processuais”, foram os temas abordados no 8º módulo do Curso de Extensão sobre Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino, na sexta-feira (03). As aulas foram ministradas pelos Promotores de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso, Dr. Tiago de Sousa Afonso da Silva e Dra. Marcelle Rodrigues da Costa e Faria, das 8h às 11h (horário de Mato Grosso), via plataforma Microsoft Teams.

Realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) - Escola Institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso em parceria com o Centro de Apoio Operacional (CAO) sobre Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino, a capacitação foi destinada a membros, servidores e estagiários do Ministério Público brasileiro e integrantes da rede de proteção.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Michelly Alencar promove audiência pública para discutir protocolo "Não é Não" em restaurantes



Na tarde de sexta-feira (10), a Câmara de Vereadores de Cuiabá realizou uma Audiência Pública para debater o protocolo "Não é Não" em casas noturnas, bares e restaurantes, conforme a Lei 14.786, visando prevenir o constrangimento e a violência contra a mulher, além de proteger a vítima. A proposição foi feita pela vereadora Michelly Alencar (União Brasil).

A audiência contou com a presença da primeira-dama da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Sônia Botelho, esposa do presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho, deputada federal Gisela Simona (União Brasil), defensora pública Rosana Leite, bem como da Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta do CAO Violência Doméstica Dra. Gileade Pereira Souza Maia.

Quanto aos deveres dos estabelecimentos, incluem-se assegurar que haja, na equipe de funcionários, pelo menos uma pessoa qualificada para atender ao protocolo "Não é Não" e manter em locais visíveis informações sobre como acionar o protocolo, além dos telefones da Polícia Militar e da Central de Atendimento à Mulher - o Ligue 180.

O poder público manterá e divulgará a lista "Local Seguro Para Mulheres" com as empresas que possuem o selo "Não é Não - Mulheres Seguras". A nova lei entrará em vigor em junho de 2024.

Para saber mais, clique [aqui](#).

Técnicas de manipulação narcisistas são abordadas em evento do MPMT



Depois de uma briga, se o homem interrompe a comunicação com a vítima, mesmo sendo culpado pela situação, impõe um isolamento como forma de punição, a deixa confusa e ansiosa, trata-se de uma ferramenta de ação narcisista, conhecida como "Tratamento de Silêncio". Essa e outras 13 técnicas de manipulação narcisistas foram abordadas pela mentora e palestrante Kelly Arfux, na tarde de terça-feira (14), durante mais uma edição dos Colóquios Ministeriais, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, em Cuiabá.

Promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) - Escola Institucional do Ministério Público de Mato Grosso, em parceria com o Centro de Apoio Operacional (CAO) Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino, o evento teve como tema "Narcisistas perversos e suas ferramentas de ação". O objetivo foi capacitar integrantes do Sistema de Justiça, de modo a contribuir para o aprimoramento da atuação funcional, especialmente nos processos relacionados à violência doméstica, bem como alertar toda a sociedade para essa prática.

As promotoras de Justiça Gileade Pereira Souza Maia, coordenadora adjunta do CAO Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino, e Elisamara Sigles Vodonós Portela, coordenadora administrativa do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, atuaram como debatedoras. Elas agradeceram pelo conteúdo da capacitação e traçaram um paralelo com as situações vivenciadas na atuação do MPMT nos processos de violência doméstica.

Para saber mais, clique [aqui](#).

Escola Institucional do MPMT conclui primeiro curso de extensão



Cento e quarenta e quatro pessoas concluíram o primeiro curso de extensão oferecido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), Escola Institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Ao todo, foram 40 horas, divididas em oito módulos, sobre violência doméstica e familiar contra a mulher e gênero feminino. Onze palestrantes, com vasta experiência na área, contribuíram para a qualificação, que teve início em agosto do ano passado e terminou em maio.

O curso de extensão sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Gênero Feminino teve como palestrantes diversos promotores e promotoras de Justiça: Gileade Pereira Souza Maia (MPMT); Joelson de Campos Maciel (MPMT); Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras (MPRN); Carla Araújo de Carvalho (MPRJ); Thiago André Pierobom de Ávila (MPDFT); Valéria Diez Scarance Fernandes (MPSP); Ana Carolina Rodrigues Alves Fernandes de Oliveira (MPMT); Elisamara Singles Vodonós Portela (MPMT); Sílvia Chakian (MPSP); Tiago de Sousa Afonso da Silva (MPMT) e Marcelle Rodrigues da Costa e Faria (MPMT).

Para saber mais, clique [aqui](#).

Parceria entre MPMT e governo estadual viabiliza contratação de vítimas de violência doméstica



O Ministério Público do Estado de Mato Grosso e o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), assinaram na quarta-feira (22), Termo de Cooperação Técnica que viabilizará a contratação de vítimas de violência doméstica e familiar por empresas que prestam serviços aos órgãos da administração pública. A contratação será feita mediante lista que deverá ser divulgada pela Setasc, via google drive, das mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar.

Construído com a participação ativa do Centro de Apoio Operacional da Violência Doméstica do MPMT, o Termo de Cooperação estabelece a obrigatoriedade da manutenção do sigilo das informações sensíveis, além das providências necessárias para que as pessoas que tiverem acesso à lista conheçam as normas e observem os procedimentos de segurança e tratamento da informação.

O procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Júnior, destacou a importância da cooperação técnica e assegurou que a iniciativa é resultado da campanha #JuntosPorElas, desenvolvida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso em parceria com diversas instituições, no mês de março. "Durante a campanha, promovemos um diálogo permanente com a rede de proteção e identificamos algumas ações que poderiam ser desenvolvidas de imediato em prol dessas mulheres", afirmou.

Para saber mais, clique [aqui](#).

TCE-MT e TJMT debatem Segurança Pública no Tribunais em Ação



O diretor executivo da Confederação Nacional da Feconseg do Brasil e presidente da Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (Feconseg MT), Danilo Corrêa de Moraes, ministrou palestra sobre "Os Conselhos Comunitários de Segurança Pública e suas Alternativas em Apoio às Unidades de Segurança Pública após a Lei Estadual n.º 10.931/2019".

Já o promotor de Justiça Criminal e coordenador do Centro de Apoio Operacional sobre Estudos de Violência Doméstica e Familiar do Ministério Público de Mato Grosso, Tiago de Sousa Afonso da Silva, abordou o tema "Violência Doméstica e Familiar: como as escolas podem contribuir para a identificação da violência doméstica e familiar?".

A juíza de Direito da 2ª Vara Criminal de Cáceres – Violência Doméstica, Alethea Assunção Santos, falou sobre a "Violência Doméstica contra a Mulher."

"Trouxe para esse público uma reflexão sobre os motivos que desencadeiam a violência contra a mulher. A gente precisa discutir os altos índices, pois tivemos em Mato Grosso o maior número de feminicídios proporcionalmente. Então, precisamos refletir sobre o que leva a esses altos números. Infelizmente isso é reflexo de uma cultura machista de um sistema patriarcal que historicamente coloca as mulheres no espaço de submissão. Precisamos refletir sobre isso, sobre a questão do gênero e os papéis de gênero na construção dos estereótipos e como enfrentar isso", concluiu.

Para saber mais, clique [aqui](#).

BPW Cuiabá realiza evento sobre o projeto "Trabalho igual. Salário igual."



O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, participou do evento promovido pela Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais – BPW Cuiabá, que teve como tema "PROMOVENDO INFRAESTRUTURAS SUSTENTÁVEIS PARA IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DE MULHERES E MENINAS", tendo como uma das palestrantes, a Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta do CAO Violência Doméstica, Dra. Gileade Pereira Souza Maia.

É um fato conhecido e notório que há disparidade no cenário laboral com relação a homens e mulheres e visando o fim da desigualdade salarial, todos os anos, no mês de maio é desenvolvido o Projeto "Trabalho igual. Salário Igual.", formatado para ser executado em todo o Brasil pelas BPW Locais, iniciando no dia 1º de maio.

O projeto "Trabalho Igual. Salário Igual." visa promover a equidade salarial entre homens e mulheres, garantindo que todos recebam o mesmo reconhecimento e remuneração por suas contribuições profissionais.

Episódio 57 do Vozes do MPMT - O narcisista na violência contra a mulher



KELLY ARFUX
ESPECIALISTA EM NARCISISMO

vozes do
MPMT
podcast

**O NARCISISTA NA VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER**

EPISÓDIO **57**

Você já deve ter ouvido falar sobre narcisismo. Mas você sabia que ele é característica bastante comum no perfil de homens que cometem violência doméstica?

Neste episódio foi dialogado com a pós-graduanda em Neurociência Kelly Arfux sobre o transtorno de personalidade narcisista, como identificá-lo e como agir quando se está num relacionamento com um narcisista.

Para acompanhar o podcast na íntegra, clique [aqui](#).

4. MATERIAL DE APOIO

ANO I • EDIÇÃO ESPECIAL • ABRIL DE 2024

Revista #JUNTOS PORELAS MPMT

*Campanha aproxima
Ministério Público de Mato
Grosso ainda mais da sociedade*

www.mpmt.mp.br

Instagram Facebook YouTube WhatsApp

 **MPMT**
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Para ter acesso ao material, clique [aqui](#).

CARTILHA: “Violência Política Contra as Mulheres em Perspectiva Interseccional”

CARTILHA VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA AS MULHERES EM PERSPECTIVA INTERSECCIONAL



Para ter acesso ao material, clique [aqui.](#)

CARTILHA: “Desigualdades de gênero e acolhimento à mulher”

Desigualdades
de gênero e
acolhimento à
MULHER

*Um guia para conscientizar
e libertar as mulheres do
ciclo de violência*



NUDEM
Defensoria Especializada na
Defesa da Mulher em Situação
de Violência



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MATO GROSSO
IGUALDADE E CIDADANIA PARA TODOS

Para ter acesso ao material, clique [aqui.](#)



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

5. NOTÍCIAS



Direitos trabalhistas das mulheres em situação de violência. Para saber mais, clique [aqui](#).



Denúncias falsas e manipuladas como ferramenta de vantagem na aplicação da Maria da Penha. Para saber mais, clique [aqui](#).



Mulheres representam 50% da advocacia brasileira. Para saber mais, clique [aqui](#).



Debate sobre trabalho escravo doméstico evidencia vítimas mulheres e pretas. Para saber mais, clique [aqui](#).



Violência doméstica: Ainda precisamos falar (muito) sobre isso. Para saber mais, clique [aqui](#).



Violência contra a mulher: MPDFT registra pico histórico de processos em 2023. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projetos voltados às mulheres vítimas de agressão têm parecer favorável da CCJR. Para saber mais, clique [aqui](#).



Repetitivo vai definir se pode ser fixado prazo para medidas protetivas da Lei Maria da Penha. Para saber mais, clique [aqui](#).



PL mantém como herdeira mulher que matar o companheiro em legítima defesa. Para saber mais, clique [aqui](#).



Secretaria da Mulher completa 4 anos sendo a única em MT com mais de 84 mil atendimentos. Para saber mais, clique [aqui](#).



CSP avalia identificação sigilosa em depoimentos sobre crimes violentos. Para saber mais, clique [aqui](#).



TRT-2 REVERTE JUSTA CAUSA DE MULHER QUE FALTOU AO TRABALHO POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. Para saber mais, clique [aqui](#).



Dia das mães: leis e Judiciário devem garantir direitos das mulheres. Para saber mais, clique [aqui](#).



Representatividade feminina na política será tema de roda de conversa. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão debate a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).



Audiência debate criação de comissões internas para evitar discriminação de mulheres em empresas. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão discute incentivo à participação feminina nas plataformas digitais. Para saber mais, clique [aqui](#).



Mulher vítima de violência não pode ser desqualificada em julgamento, decide Supremo. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto "Primeiro as Damas" Promove Educação e Conscientização sobre Violência contra a Mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).



Poder Judiciário capacita cerca de 200 profissionais da Educação sobre a Lei Maria da Penha. Para saber mais, clique [aqui](#).



CLDF discute "violência online contra meninas e mulheres: um perigo invisível no mundo digital". Para saber mais, clique [aqui](#).



Lei Henry Borel e o macrossistema de garantia de direitos é discutido em encontro estadual no TJMT. Para saber mais, clique [aqui](#).



Audiência debate impactos da reforma tributária no consumo das mulheres. Para saber mais, clique [aqui](#).

6. CANAIS DE ATENDIMENTOS

- 190 – Polícia Militar.
- 180 – Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

OUVIDORIA DAS MULHERES - MPMT

-  Ligue: 127 - das 8h às 18h (custo de uma ligação local)
-  Telefones e Whatsapp: (65) 99259-0913 e (65) 99269-8113
-  E-mail: ouvidoriadasmulheres@mpmt.mp.br
-  Site: mpmt.mp.br/ouvidoria

ESPAÇO CALIANDRA - MPMT

-  Sede das Promotorias de Justiça da Capital - Av. Desembargador Milton Figueiredo, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo.
-  (65) 3611-0651 - Telefone e WhatsApp
-  espaco.caliandra@mpmt.mp.br

OBSERVATÓRIO CALIANDRA

-  caliandra.mpmt.mp.br

DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER

Telefone e Whatsapp: (65) 3613-8901/(65) 98173-0709

SOS Mulher - Medida Protetiva On-line, clique [aqui](#).

Além disso, em Cuiabá/MT, a Patrulha Maria da Penha prossegue atendendo as ocorrências normalmente.

A Casa de Amparo às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica continua em funcionamento, acolhendo as mulheres em situação de risco.

7. BANCO DE PEÇAS

É com imensa satisfação que o **Centro de Apoio Operacional Sobre Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino** informa que o Banco de Peças e o Portal do CAO encontram-se atualizados com modelos de manifestações, artigos científicos, dados estatísticos, jurisprudências, inclusive da Corte Interamericana de Direitos Humanos, podcast, entre outros materiais de apoio, para auxiliar os Membros e Servidores na execução das atividades finalísticas, relacionadas à área da Violência Doméstica.

Além disso, considerando a necessidade de ampliar cada vez mais a qualidade e a variedade dos arquivos constantes em nosso Banco de Peças, solicitamos aos Membros e Servidores os bons préstimos de nos encaminhar minutas de peças de suas autorias, que poderão subsidiar o trabalho de todo o Ministério Público do Estado de Mato Grosso na área pertinente, abrilhantando, assim, o nosso acervo.

Os arquivos poderão ser encaminhados em documento editável ou em PDF para o e-mail **cao.vdomestica@mpmt.mp.br**.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO